MEMORIAL

CONTRATO CELEBRADO ENT FUNDAÇÃO MEMORIAL AMÉRICA LATINA E CHAR JEFERSON CORREA DA SILVA EVENTO COMPANHIA UNIVER GAFIEIRA.

Nº DO PROCESSO: **267.00000236/2025-17**
CONTRATO FMAL n.º 04/2025
CÓDIGO ÚNICO: 20250488295

A **FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA**, inscrita no CNPJ sob 61.571.923/0001-98, com sede a Avenida Mário de Andrade, 664, Ba Funda, CEP: 01156-001 São Paulo/SP doravante designa CONTRATANTE, neste ato representado por seu Diretor Administrativo Financeiro, **Sr**. **JOÃO MARCELO VIEIRA MARTINS BRÍGIDO**, RG 2.484.759 SSP/DF e CPF nº 699.066.881-49, e por seu Diretor de Atividad Culturais, **Sr**. **JOÃO CARLOS MOREIRA CORREA**, RG nº 3.930.841 e C nº 794.658.117-34, no uso da competência conferida pela legislação; **CHARLIE JEFERSON CORREA DA SILVA**, inscrito no **CNPJ 17.574.961/0001-02**, com sede na Rua Celio Manuel Vieira, nº 68 – Jar Bonfiglioli, São Paulo - SP, CEP: 05593-020, a seguir denomina "**CONTRATADA**", neste ato representado por seu único sócio, **Sr. CHAR JEFERSON CORREA DA SILVA**, portador do RG nº 52853328 SSP/S do CPF nº 055.399.577-41, e em observância às disposições da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicá resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente Inexigibilidade de Licitação, mediante as condições a seguir enunciadas, acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas respectivos itens que compõem este instrumento.

MEMORIAL

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços apresentação artística a serem executados, conforme detalhamento especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência – An I, da proposta da Contratada – Anexo II e demais documentos da contrata constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. O presente Termo de Contrato vincula-se à segui documentação, que se considera parte integrante deste instrumer independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. A Proposta da contratada; e

1.2.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados;

1.2.4. A declaração de inexigibilidade.

1.3 O regime de execução deste contrato é o de empreitada por pr global.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DAS PRORROGAÇÕES

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) d contados da assinatura deste Termo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GEST CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entre observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

MEMORIAL

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, t
ou parcial, do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R$ 23.700,00 (vinte e três m
setecentos reais).

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despe
diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e
impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerc
incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários
cumprimento integral do objeto da contratação, bem como os constantes
Anexo I – Termo de Referência e Anexo II - Proposta.

5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por ca
superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento co
microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido
beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma
vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá dei
de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampo
requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de
a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regi
tributário diferenciado.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a
referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que cons
parte integrante deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irreajustáveis.

MEMORIAL

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92 XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas p Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituí reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprime das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em rela à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se hou parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do obj quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondent execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no prese Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contra

8.1.8. Cientificar o órgão judicial para adoção das medidas cabív quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigaç pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo p decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitid

prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíb econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo, contado a partir conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorroga motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágr único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.11. Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situa disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.12. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissiona empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláus primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alteraç subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíb econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante p adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromis assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execu do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, X XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o inte

assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorren da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigaçõe seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante p representar o Contratado na execução do contrato.

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado pod ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipót em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021 prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequad utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandad cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendaç de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às su expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultan da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execu do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.0 de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, n excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que fic autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exig na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente a danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônju companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, at

terceiro grau, de dirigente do contratante, de agente público d desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, n termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Siste de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou em outros me eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notifica para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relat aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprov regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do contratado que tenham s exigidas para fins de habilitação na documentação que integra e instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certi Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhista CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categor abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhist previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade Contratante, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualq ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução d serviços.

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada p Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualq tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos execução do objeto.

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade d não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

MEMORIAL

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materi ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durant vigência do contrato.

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públic mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições segurança, higiene e disciplina.

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para anális aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quato anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilida com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a rese de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de car previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 202

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refer item anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo úni da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrên do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequa utilização;

MEMORIAL

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáv decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estadu e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estad nº 67.301, de 2022, o Contratado se compromete a conduzir os s negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesiv à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contrata não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que s tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doaç compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espé relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que d ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventu subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas neste subitem pod submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativ cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decr estadual nº 67.301, de 2022.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execu deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representa

de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comerc econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entida contratante ou com agente público que tenha desempenhado função licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles s cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinida até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo úr do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de da pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deve observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alteraç subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

11.CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕ ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dan Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interes coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durant execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer nature

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contra quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 15 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, se praticadas as condutas descri nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta cláusula, quando não justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Le 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando pratica as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima de cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” do referido subitem, justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Le 14.133, de 2021).

iv) Multa: Calculada em conformidade com a documentação que integra e instrumento.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as dem sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 202



12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (157 da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superio ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada garantia prestada, caso exigida na documentação que integra e instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administra que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observan se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.1 de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integrida conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.1 de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Púb que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 20 serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observadc rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. da Lei nº 14.133, de 2021).

MEMORIAL

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsidera sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos s administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa juríc sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise juríc prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias út contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadas Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Po Executivo Federal. (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na for do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.1 de 2021.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no artigo 1º, § 2º, item 3, do Decr estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decr estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação

dependência, quando o contratado for sociedade cooperativa (se admitid participação/contratação de cooperativa).

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalme motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a am defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacida de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata este subitem impli mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada altera subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialme cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecime de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que s concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão p Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se reve medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade p prévia manifestação e participação na instrução.

MEMORIAL

14.CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. VIII)

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contrata correrão à conta de recursos específicos consignados no respec Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 12046
II. Fonte de Recursos: 150140001
III. Programa de Trabalho: 13392122140430000
IV. Elemento de Despesa: 339039
V. Plano Interno: 000.000.0100
VI. Nota de reserva: 2025NR00087
VII. Nota de empenho: 2025NE00130

15.CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Le 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Cód de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

16.CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condiç contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e ci por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços c aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicaçã relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na d do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Le 14.133, de 2021.

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas media celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no pra máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou dimi os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial s restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Po Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

18.CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Pa para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contra que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 9 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o prese instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratad pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, na data da assinatura digital.

MEMORIAL

Pela Contratante:

JOÃO MARCELO V.M. BRÍGIDO
Diretor Administrativo e Financeiro
RG 2484759 e CPF 699.066.881-49

JOÃO CARLOS MOREIRA CORRÊA
Diretor de Atividades Culturais
RG 3.930.841 e CPF nº 794.658.117- 3

Pela Contratada:

CHARLIE JEFERSON CORREA DA SILVA
Sócio
RG 52853328 e CPF 055.399.577-41

TESTEMUNHAS:

1.
Nome:
RG e CPF:

2.
Nome:
RG e CPF:

MEMORIAL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA
AV. MÁRIO DE ANDRADE, 664 – BARRA FUNDA – CEP: 01156-001 – SÃO PAULO – SP
PABX: 11 3823-4600

Termo de Referência - contratação artística 13/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado
13/2025	121201-ESP-FUND. MEMORIAL DA AMERICA LATINA	MARIA COLARES MORAES	06/05/2025 5.0)

Status
ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administ
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Trabalho técnico, científico ou artístico	55/2025	267.0000 /2025-17

1. Condições Gerais da Contratação

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de apresentação artística, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumen

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	DATA DO EVENTO	QUANTIDADE DE ITENS (TURMAS /PARTICIPAÇÕES CONTRATADAS)	VALOR UNITÁRIO	VAL
1	Contratação artística da companhia Universo Gafieira para realização de uma (01) apresentação de gafieira no dia 24 de maio de 2025 no espaço Marta Traba e (01) aula de dança de gafieira no dia 25 de maio de 2025 no espaço Galeria Marta Traba da Fundação Memorial da América Latina.	24 e 25 de maio de 2025	1	23.700,00	23.70

1.1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual de 27 de setembro de 2023.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo nº 14.133, de 2021.

1.3. O instrumento de celebração da contratação é o Termo de Contratação, que estabelece a disciplina que será a relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação e Descrição da Necessidade

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estu Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, apêndice deste Termo de Re

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, nos termos do Decreto estadual nº 67.6 maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Prelimina deste Termo de Referência.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

Não aplicável por tratar-se de prestação de serviços intelectuais e/ou artísticos.

Indicação de marcas ou modelos

Não aplicável por tratar-se de prestação de serviços intelectuais e/ou artísticos.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

Não aplicável por tratar-se de prestação de serviços intelectuais e/ou artísticos.

Da exigência de carta de solidariedade

Não aplicável por tratar-se de prestação de serviços intelectuais e/ou artísticos.

Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões co Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.9. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

3. Justificativa quanto à Inexigibilidade

3. JUSTIFICATIVA QUANTO À INEXIGIBILIDADE

JUSTIFICATIVA QUANTO À INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E ESCOLHA DO CONTRATADO

(art. 72, VI, da Lei 14.133/21) O art. 74 da lei 14.133/2014 preceitua:

"É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: [...]

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consa crítica especializada ou pela opinião pública;"

Nessa hipótese, a competição torna-se inviável pela dificuldade ou impossibilidade de estabelecimento de comparaç entre os profissionais passíveis de serem contratados. Saliente-se que a inexigibilidade só é aplicável para contra singulares, consagrados pela crítica especializada ou pela opinião pública. No caso em questão, se trata de companh artístico consagrada pela crítica especializada e pela opinião pública. No caso em questão, **a Companhia Universo G enquadra nesse critério, sendo uma companhia renomada no cenário da gafieira a nível nacional há mais de** Fundada em 2012, ressalta a relevância do samba-gafieira na atração de novos adeptos, seja aqui ou no exterior, já que um estilo musical mais universal por conta dos movimentos rimados que exprime.A banda Universo Gafieira principais influeñcias grandes nomes da música popular brasileira tais como: Joaõ Nogueira, Emilio Santiago, Chic Elis Regina e grandes orquestras como Orquestra Tabajara e Banda Mantiqueira.

Ainda na esfera da inexigibilidade de licitação, segundo a Revista da AGU, edição especial "30 anos da Advocaci União", dossiê "A judicialização da contratação de artistas por inexigibilidade de licitação à luz da análise econômica d consta: "Os aspectos estritamente vinculados à previsão legal de inexigibilidade de licitação para contratações de a setor público abrem margem para que os gestores tenham ampla discricionariedade na escolha do valor a ser contratado a ser escolhido " Assim, a própria inexigibilidade da licitação, oriunda da impossibilidade de competição - artista é único, inviável portanto a comparação entre eles -, acarreta que o gestor escolha o artista a ser contratado, c discricionariedade, observando o valor de mercado, para que não fira o princípio da eficiência. E não havendo c também não foi necessária pesquisa de preços junto a outros artistas, situação essa que permite a viabilidade da apres notas fiscais emitidas tendo como tomadores de serviços outros contratantes do mesmo serviço, o que restou co conforme se verifica abaixo, que o valor cobrado pela Universo Gafieira, corresponde ao mesmo praticado no mercado exigências do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021:

"§ 1º Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 5º, a justificativa de preços sera base em valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentaçã fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contra Administração, ou por outro meio idôneo.

§ 2º Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de pr trata o parágrafo anterior poderá ser realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar esp técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.

§ 3º Fica vedada a contratação direta por inexigibilidade caso a justificativa de preços demonstre a possibilidade de com

Como já informado anteriormente, sendo desnecessária a realização de pesquisa de preços para a contratação, em inviabilidade de competição, requisitou-se a apresentação de notas fiscais, nas quais constam a especificação da con objeto igual ao do presente processo, tendo como tomadores do serviço, a empresa Charlie Jefferson Correa da Silva.

4. Objetivo da Contratação

4. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Contratação da empresa CHARLIE JEFFERSON CORREA DA SILVA para realização de:

01 (uma) apresentação artística no dia

24/05/2025 das 18h às 22h na Galeria Marta Traba

01 (uma) aula de Gafieira no dia 25 de maio de 2025 das 16h às 20h na Galeria Marta Traba

Com o intuito de cumprir o estabelecido no PCA de 2025 da instituição.

5. Modelo da Execução do Objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: de acordo com Termo de Contratação

5.1.2. A execução do objeto compreende a montagem dos equipamentos necessários fornecidos pela própria Charlie Jef Correa da Silva para os 02 (dois) dias de apresentação do grupo Universo Gafieira. Ao final da segunda apresentação ha retirada dos equipamentos.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

Dia 24 de maio de 2025 - sábado: Realização do show de Gafieira das 18h - 22h

Dia 25 de maio de 2025 - domingo: Realização da aula de gafieira das 16h - 20h

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

Avenida Mário de Andrade, 664 Barra Funda – 01156-001

Galeria Marta Traba

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

Duração da apresentação: 18h-22h

Duração da aula: 16h - 20h

6. Público Alvo

6. PÚBLICO-ALVO

Pessoas interessadas em espetáculos de danças de salão, cultura latino-americana, pessoas interessadas em programações musicais. São esperadas ao todo, somados os públicos de todas as atividades previstas 200 (duzentas) pes

7. Unidade Solicitante

7. UNIDADE SOLICITANTE

Evento solicitado pela Diretoria de Atividades Culturais (DAC)

8. Estimativa do valor da Contratação

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado total da contratação é de R$ 23.700,00 (vinte e três mil e setecentos reais), conforme custos unitários a tabela do item Condições Gerais da Contratação. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disp Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

9. Adequação orçamentária

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: será informado conforme norma interna, do documento Consulta Prévia Orçamentária

II) Fonte de Recursos: será informado conforme norma interna, do documento Consulta Prévia Orçamentária

III) Programa de Trabalho: será informado conforme norma interna, do documento Consulta Prévia Orçamentária

IV) Elemento de Despesa: será informado conforme norma interna, do documento Consulta Prévia Orçamentária

V) Plano Interno: será informado conforme norma interna, do documento Consulta Prévia Orçamentária

10. Critérios de Medição de Pagamento

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DE PAGAMENTO

A avaliação da execução do objeto utilizará o Relatório do Evento, elaborado pela unidade Gerência de Produção Cultu aferição da qualidade da prestação dos serviços.

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cab caso se constate que o Contratado:

não tenha produzido os resultados acordados,

tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com ou quantidade inferior à demandada.

A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos ser

A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- A execução da totalidade do objeto da contratação comprovada a partir de Relatório do Evento apresentado pela Gerê Produção Cultural - FMAL.

Do recebimento

10.1. Os serviços serão recebidos nos dias 24 de maio de 2025 e 25 de maio de 2025 pelo fiscal técnico e administrativ mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

10.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado co comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

10.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado qu comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

10.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detall comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

10.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

10.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apu resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos s realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

10.6.1 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo ma a ser feito, com a entrega do último.

10.6.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências qu vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

10.6.3A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as ever pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

10.6.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à en Manuais e Instruções exigíveis.

10.6.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

10.7 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

10.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no dia 24 de maio de 2025 e 25 de maio de 2025, por servidor ou co designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

10.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando l cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, basea indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de ate cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII);

10.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularida impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado escrito, as respectivas correções;

10.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

10.8.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscaliz

10.8.5Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pa no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

10.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcel incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado par de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

10.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verific execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

10.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do ser a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

10.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (§§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2

10.13. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação ne especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.14. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os ele necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

10.14.1. o prazo de validade;

10.14. 2. a data da emissão;

10.14. 3. os dados do contrato e do órgão contratante;

10.14. 4. o período respectivo de execução do contrato;

10.14. 5. o valor a pagar; e

10.14.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta f sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regu da situação, sem ônus ao Contratante.

10.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, cons meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios ele oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.17 A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação e identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril d /c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

10.18. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, p para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo po prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

10.19 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órg responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existên pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de s créditos.

10.20 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos d processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

10.21 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extin contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

10.22 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento d equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

10.23 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na form legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.11 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em ao atraso verificado.

Forma de pagamento

10.24 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em PARCELA ÚNICA para depósito em conta corrente em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

10.24.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no "C Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser con por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Co de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

10.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.26. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que na indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

10.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quand realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.26 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, nã retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário fa previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

Não se aplica ao objeto contratado.

11. Materiais a serem disponibilizados

11. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e ute necessários, nas quantidades e qualidades estabelecidas pela contratada, promovendo sua substituição quando necessári

12. Obrigações do Contratante

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o presente Termo de Ref cláusulas contratuais (se houver minuta de Contrato) e os termos de sua proposta;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que s substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, par liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estab presente Contrato e/ou no Termo de Referência;

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse execução do ajuste.

A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, prorrogação motivada, por igual período.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no pra de 30 (trinta) dias.

Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei de 2021.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vi execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratad empregados, prepostos ou subordinados

13. Obrigações do Contratado

13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, assumindo como exclusivame riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispost

Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, além de fornecer os serem disponibilizados (se for o caso), na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua pro

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e pr esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e cor adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pel contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do C (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não redu responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afini terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo únic 14.133, de 2021;

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contrat entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos s seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do d sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CN

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que s no local dos serviços.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do obje a vigência do contrato.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações d Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos exec fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalub

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições ex habilitação na licitação;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com defici reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a ind empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmer proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos evento no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Con

14. Exigências de Habilitação

14. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Previamente à celebração da contratação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para co especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta aos seguintes cadastros informativos ofi

a) Sicaf;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatranspa br/sancoes/consulta);

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do C Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

e) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (http://www.esancoes.sp.gov.br

f) Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.as

g) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://www.tce.sp.gov.br/apenado

A consulta ao cadastro especificado na alínea ‘d’ da subdivisão anterior será realizada em nome da pessoa jurídica forn de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao respons prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de jurídica da qual seja sócio majoritário.

Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenc verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorre inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Enti Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivo registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

A habilitação do interessado será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do Sicaf, ou encaminhar, quando solicita Administração, a respectiva documentação atualizada.

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permiti

Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todo documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqu documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes a C CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas obrigações.

Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, q exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de ide em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceit ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedo

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabil limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da U arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qu considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanh documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agênc sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de E Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivad Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 1 nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pe Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos cr tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade S termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procur Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXII Constituição Federal;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negati positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decr 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e/ou regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do d ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor se considere isento ou imune dos tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais sej regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferen previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de p física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, c trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de re judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos ex sociais, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poder substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há me (dois) anos.

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para tr da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicáv

O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por prof habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimen obrigações objeto da contratação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerc conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no m da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou (s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissio competente, quando for o caso.

Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a c executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

Não se aplica ao objeto dessa contratação

Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresen quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras comprovações

Declaração subscrita por representante legal do fornecedor, atestando que:

a) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

b) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição

c) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorr vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando c

Tratando-se de consórcio:

Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Designação do consórcio e sua composição;

b) Finalidade do consórcio;

c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;

f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase dc procedimento de dispensa eletrônica quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabal administrativos referentes ao objeto da contratação;

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber cita interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na dispens eletrônica e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administraçã

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórc definido na alínea “c” desta subdivisão.

O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consór termos de seu compromisso de constituição.

Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, soc trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitaçã quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do dis art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de

A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assemblei

Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta; 8.44.6. A últ auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, s penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às sub anteriores.

15. Forma e Critério de Seleção

15. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento hipótese do art. 74 II, da Lei nº 14.133, de 2021, observando-se o disposto no Decreto estadual nº 68.304, de 9 de janeir

Regime de execução

O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

16. Modelo de Gestão do Contrato

16. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14. 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal forma admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de i

Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial pa apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houv método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrument poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

O Contratado deverá manter preposto no local da execução do objeto durante o período de vigência do contrato.

O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hip que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) sub
(Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabel
contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 15 de dezer
2023, art. 17).

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à exec
contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.13
2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e a
planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspens
execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoçã
medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14
2021, artigo 117, § 2º).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato
comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o
empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisqu
documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na
do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua compet
(Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista e
pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previs
outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágra
do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e do
preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à e
aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso I do art. 2º)

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de
pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de
eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e set
quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na
contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo co
cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins
aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou
setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justi
contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto est
68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimer liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº de 13 de novembro de 2020.

JOAO CARLOS MOREIRA CORREA

Responsável pela contratação direta

Assinou eletronicamente em 06/05/2025 às 10:45:52.

DANIELLE AIRES BALEEIRO

Gerente de Projetos

Assinou eletronicamente em 05/05/2025 às 16:01:09.

MEMORIAL

ANEXO II

PROPOSTA

FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA
AV. MÁRIO DE ANDRADE, 664 – BARRA FUNDA – CEP: 01156-001 – SÃO PAULO – SP
PABX: 11 3823-4600

PROPOSTA ARTÍSTICA

São Paulo, 17 de março de 2025

À Fundação Memorial da América Latina

A/C Sr. Pedro Machado Mastrobuono

Apresentamos Proposta Artística do Show Universo Gafieira a realizar-se na Galeria M
Traba, sábado dia 24 de maio de 2025 e domingo dia 25 de maio de 2025.

Show celebrando o lançamento do projeto CONEXÃO GAFIEIRA a ser realizada no Memorial da América Latina nos dias 15, 16 e 17 de agosto, para a difusão da músi dança do samba de gafieira em SP.

Detalhamento de atividades e estimativa de público:
Realização de uma (01) apresentação de gafieira com 10 músicos com expectativa d público de 100 pessoas no dia 24 de maio de 2025 e uma (01) aula de dança de gafie dia 25 de maio de 2025 com expectativa de público de 100 pessoas.

Período de execução: 24 de maio de 2025 e 25 de maio de 2025.

Horário: 24/05 - das 18 as 22hs / 25/05 - das 16 as 20hs

Espaço: Galeria Marta Traba

Valor da Contratação: 23.700,00

incluindo valor do cachê, equipe técnica, recolhimento de ECAD e custos administrat logística

Orçamento

Item	Produto	Descritivo	Categoria	Quantidade	Valor unitário	
1	Apresentação artística	Apresentação musical e aula de dança	Cachê	1	R$16500,00	
2	Custos administrativos	Ecad, Direitos Autorais e logística	Serviço	1	R$7200,00	

TOTAL R$

Pagamento

O pagamento será realizado em parcela única em até 30 dias úteis após a realização serviço descrito.

Observações

A proposta em questão já contempla custos referentes ao pagamento de direitos au custos administrativos e logísticos.

Atenciosamente,

Charlie Jeferson Correa da Silva

17.574.961/0001-02

(11)99696-7884

universogafieira@gmail.com

gov.br Documento assinado digitalmente
CHARLIE JEFERSON CORREA DA SILVA
Data: 17/03/2025 16:02:30-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Assinatura

Documento assinado eletronicamente por **CHARLIE JEFERSON CORREA DA SILVA**, **Usuário Externo**, em 18/05/2025, às 13:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **João Marcelo Vieira Martins Brígido**, **Diretor Administrativo e Financeiro**, em 19/05/2025, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **João Carlos Moreira Corrêa**, **Diretor de Atividades Culturais**, em 20/05/2025, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0067460487** e o código CRC **CBFA3DF0**.